



## **ATA DA 34ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 34ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 06 de março de 2015, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Luis Carlos de Miranda, representante da AMAGIS/DF, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto Doutor Ricardo Faustini Baglioli do CEJSUC/Brasília, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF Conselheira Hellen Falcão, o Senhor Secretário Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas e a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates. Compareceram ainda, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira e a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Aparecida Dohler Ferreira. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim tendo indicado para substituí-la nesta reunião o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência Doutor Luíz Antônio de Araújo. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê, a Ata da 33ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 27 de fevereiro de 2015. Nessa ocasião, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT Doutor André Vinícius solicitou que constasse da referida ata a participação da Senhora Promotora de Justiça Doutora Fabiana Oliveira. Considerando que não houve outras considerações à ata, a mesma deverá ser corrigida e apresentada na próxima reunião para assinatura dos membros do Comitê. Em seguida, passou-se ao **segundo item da pauta: Grupos de Trabalho de magistrados que irão compor o comitê de precatórios e o comitê do PJE criminal.** O Presidente do Comitê Gestor Desembargador Flávio Rostirola leu as minutas de portaria referentes aos grupos de trabalho de precatórios e do PJE criminal. No que tange ao comitê dos precatórios, foi sugerida e acolhida por todos, a indicação dos MM Juízes Lizandro Garcia Gomes Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF, Maria Luisa Silva Ribeiro, Juíza de Direito Substituta da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF e Maria Graziela Barbosa Dantas, Juíza de Direito Substituta da Coordenação de Conciliação de Precatórios, que serão previamente consultados. Relativamente ao PJE Criminal, foi também acolhida, as indicações do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Assistente da



Corregedoria Doutor Pedro Araújo Yung-Tay Neto e Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Omar Dantas Lima. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor sugeriu que fosse indicado mais um juiz para compor esse grupo de trabalho e destacou que irá conversar com o Presidente do Tribunal Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira, sobre a possibilidade de convidar o Desembargador Humberto Ulhôa para fazer parte do grupo de trabalho do PJE Criminal. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista propôs que o grupo de trabalho conte com a participação do MM Juiz de Direito Franco Vicente Piccoli. Acrescentou que esteve em contato com os Ilustres Magistrados, consultando sobre a possibilidade de integrarem esse grupo de trabalho do PJE criminal e todos concordaram com a indicação. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria teceu elogios aos magistrados que atuam na área criminal, ocasião em que destacou que o juízo em que o Doutor Franco Piccoli atua, é reconhecido como o melhor juízo criminal de Ceilândia. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Procurador André Vinícius manifestou interesse em que o MPDFT também estivesse presente neste grupo de trabalho do PJE criminal. Da mesma forma, a Senhora Defensora Pública Sandra Dohler solicitou que a Defensoria Pública esteja presente no grupo. O Presidente do Comitê Gestor acolheu as solicitações e ressaltou a importância desse trabalho realizado com a participação de vários setores. Na sequência, passou-se ao **terceiro item da pauta: Infraestrutura: ações de melhoria da infraestrutura do Fórum de Taguatinga**. Com a palavra, o Doutor Declieux Dantas informou que os dois juizados já estão funcionando e que no período de 12/03 a 26/03, haverá treinamento para as equipes em Taguatinga. Na oportunidade, o Senhor Secretário-Geral acrescentou que estamos com as equipes prontas para trabalhar em Taguatinga. O Senhor Secretário-Geral informou que faltam apenas trinta dias para o término do contrato com a empresa Avvio (rede por rádio). Portanto, a EMBRATEL, empresa que ganhou a licitação, começará o cronograma da rede WAN, seguindo o cronograma de implantação do PJE para 2015. Segundo destacou, espera-se que com a implantação da nova rede de interligação dos fóruns, que irá funcionar sobre fibras óticas, eliminemos a sensibilidade da rede às intempéries ou outras interferências. Foi informado também, que a Secretaria Especial do Processo Judicial Eletrônico – SEPJE receberá mais quatro programadores, especialistas em linguagem Java. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista informou que os juízes questionaram sobre as correções do PJE. Em contato com o Senhor Secretário do PJE foi solicitado acesso para que as correções possam ser feitas remotamente. Na oportunidade, O MM Juiz Doutor Márcio Evangelista assinalou que durante essa semana, atendendo à solicitação do Presidente do Comitê Gestor, fez um levantamento junto aos fóruns para que trouxessem os problemas enfrentados. Segundo destacou, existe um grande



problema de infraestrutura no Paranoá. Outro aspecto que destacou, refere-se a uma nova visão sobre os layouts dos juizados cíveis do PJE. Com a implantação do PJE, não há mais processos físicos e portanto, não há necessidade de estantes para acomodar os processos, o número de servidores no cartório também tende a diminuir. Esta é uma nova visão em termos de espaço físico, pois teremos espaços menores e também, menos servidores trabalhando no cartório. Conforme foi destacado, a tendência é migrar alguns destes servidores para o gabinete dos juízes, para assessoria dos magistrados. O MM Juiz Assistente da Corregedoria destacou que esteve em visita técnica ao Tribunal de Justiça de São Paulo - SP e conheceu o cartório do PJE naquele tribunal, e essa é a realidade naquele órgão. Assinalou ainda, que está em contato com a Secretária de Administração Predial para estudos de um novo layout para o cartório. O Senhor Secretário-Geral sugeriu que isso seja feito em um cartório como projeto piloto. O Presidente do Comitê Gestor destacou que o Tribunal precisará fazer uma reengenharia administrativa na Justiça. Teremos que fazer essa readaptação para nos adequarmos a nova realidade. Na ocasião, o Senhor Secretário-Geral destacou que será necessário, para atender as novas demandas do Processo Judicial Eletrônico, convertermos alguns cargos de Técnico em Analista. Conforme foi ressaltado, o Tribunal não tem autonomia para fazer a transformação dos cargos efetivos. Isso só será possível através de projeto de lei ou se houver alguma mudança na lei. Em seguida, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dantas informou que todos os treinamentos para PJE ficaram sob a responsabilidade do Instituto de Formação e ocorreu que todos os servidores do CEJUSC/Taguatinga designados para participar desse treinamento estão impossibilitados de realizá-lo, por estarem temporariamente impedidos de participar em eventos de acordo com a Portaria Conjunta n. 30/2004. O Presidente do Comitê ressaltou que tentará solucionar esta demanda, já que os servidores estão sendo designados pela Administração para o treinamento e é imperativo que participem deste treinamento. O Senhor Secretário do PJE esclareceu que dada a urgência e necessidade de realizarem o treinamento, os servidores estão assistindo às aulas como ouvintes e neste sentido, não haverá prejuízo. Todavia, não poderão receber o certificado de participação e nem as horas-aula do curso. Na oportunidade, a Conselheira Hellen Falcão salientou que indicará um representante da OAB/DF para participar do grupo de trabalho dos precatórios. Dando prosseguimento a reunião, a Conselheira Hellen Falcão noticiou que a OAB/DF firmou um convênio com o Governo do Distrito Federal para a criação de um Centro de Inclusão Digital, onde a OAB/DF oferecerá assistência ao sistema. Segundo informado, o Governador Rodrigo Rollemberg ofereceu uma sala no estádio Mané Garrincha, mas ainda não está acertado que será neste local que o centro de inclusão funcionará. A nobre Conselheira solicitou a parceria do Tribunal de Justiça neste projeto, com a disponibilização de estagiários e de alguns equipamentos



como scanners e computadores. Para este projeto, a Conselheira também buscará a participação do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça. O Presidente do Comitê Gestor asseverou que esta é uma excelente iniciativa e que certamente, a OAB poderá contar com o apoio do TJDFT nesta empreitada. Na sequência, a Senhora Conselheira solicitou que seja retirada do PJE a classe petição. Segundo informado pela Conselheira, esta classe não existe e o advogado acaba por confundir, invocando o erro. A Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates destacou que a classe petição, está sendo utilizada como uma classe “coringa”, quando o advogado está em dúvida quanto à classificação. O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC Doutor Ricardo Baglioli destacou que já extinguiu alguns processos por incompetência, mas que não interfere na classe. Ressaltou que alguns advogados não acompanham o que está sendo feito no sistema e isto acontece com certa frequência. A Conselheira ressaltou que é uma questão de mudança da cultura dos advogados e ratificou o pedido para que seja retirada a classe petição. O Senhor Secretário do PJE irá avaliar a possibilidade de atender o pedido e manter essa classe apenas internamente. Em seguida, o MM Juiz Ricardo Baglioli ressaltou que o Correio continua demorando para devolver o AR e que só são entregues as três horas da tarde. Destacou que isso sobrecarrega os oficiais de justiça. O Presidente do Comitê Gestor ressaltou que fará gestões junto aos Correios, a fim de informar o que está acontecendo e solicitar que tomem as medidas adequadas. Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor agendou a próxima reunião para o dia 13 de março de 2015, às 13h30. Não havendo mais nenhuma colocação por parte dos membros presentes, encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

**Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA**

Presidente do Comitê Gestor do PJE

**MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA**

Juiz Assistente da Corregedoria

**RICARDO FAUSTINI BAGLIOLI**

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/Brasília

**LUIS CARLOS DE MIRANDA**

Juiz de Direito – AMAGIS/DF

**ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA**



Procurador de Justiça/Membro do MPU/MPDFT

**HELLEN FALCÃO**

Conselheira – Representante da OAB/DF

**ALEXANDRE MORAES PEREIRA**

Procurador do Distrito Federal/PGDF

**SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA**

Defensora Pública – Representante da Defensoria Pública

**CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO**

Secretário-Geral do TJDFT

**DECLIEUX DIAS DANTAS**

Secretário do Processo Judicial Eletrônico

**KÁTIA DE SOUZA PRATES**

Coordenadora da COSIST

**LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO**

Assessor da Primeira Vice-Presidência